

DE/DESCOLONIZAR' O URBANO, INSURREIÇÃO NAS PERIFERIAS: NOTAS DE PESQUISA



RITA VELLOSO

Escola de Arquitetura/UFMG

*A modernidade, o capital e a América Latina
nasceram todos no mesmo dia.*

Aníbal Quijano, 1991.

*Quem vive nas favelas, quem tem os trabalhos mais mal remunerados, quem não
pode mover-se do lugar material e simbólico herdado, são sempre os mesmos: os
netos e bisnetos de escravos.*

Raúl Zibechi, 2018.

DE/DESCOLONIZAR O URBANO?

A motivação deste texto é mostrar a possibilidade da crítica da colonialidade do saber urbano por meio da narrativa de lutas atuais travadas nas periferias urbanas brasileiras, posto que o pensamento de/descolonial não se limita aos indivíduos, mas, antes, incorpora-se nos movimentos sociais.² Meu principal argumento é que há, nas periferias, uma potência para elaborar respostas críticas por meio de formas de luta e resistência. E tal potência reflete a multiplicidade de respostas de/descoloniais dadas por culturas subalternizadas. No que diz respeito à produção do espaço, há, nos territórios periféricos, uma *condição de emergência* que faz com que se realize externamente aos espaços técnicos, acadêmicos e institucionais uma soma de ações, engajamento político e ativismos – uma soma de *energias insurgentes*.

semprenham na construção das lutas por reconhecimento e justiça social. A meu ver, as formulações de Quijano sobre os temas na década de 1970 permanecem vigentes e podem ser consideradas como o solo de onde germinam as análises elaboradas por Zibechi nas duas primeiras décadas do século XXI.

Em sua maioria, os estudos sobre as periferias brasileiras e latino-americanas realizados desde a década de 1960 trataram de modo bastante aprofundado as formas de exploração a que estavam submetidas suas populações, bem como elaboraram estratégias para lhes dar combate no campo do planejamento urbano. Nas duas últimas décadas, entretanto, há uma significativa transformação na abordagem, desde a qual discute-se a *condição periférica* em novas bases, dessa

vez ocupando-se não apenas da dominação a que essas populações estão submetidas, mas principalmente de suas formas de resistência, tal como se deixa ver em sinais de coesão social, construção coletiva de expressividades, pertencimento aos lugares e modos de vida em comum.³ Comungando do mesmo raciocínio, meu objetivo neste texto é mostrar que *desigualdade e exclusão também podem se tornar aprendizado para lutas e reivindicações por vidas urbanas mais justas*. Nesse sentido, quando se trata de considerar atualmente disputas e conflitos pelo espaço urbano das mais diversas naturezas, é possível afirmar que estão nas periferias urbanas os novos horizontes para o saber urbano – em suas formas de urbanismo, gestão e planejamento, é certo, mas também para além dessas.

Figura 1. Mapa da favela do Morro do Cantagalo preparado pelo IBGE para uso dos recenseadores. Fonte: *Revista Brasileira de Estatística*, v. 14, n. 55, jul./set. 1953.



Por hipótese, sustento que incluir o pensamento sobre as *lutas* em perspectiva de/descolonial no cálculo de um *urbano brasileiro* transforma esse mesmo *urbano* em seus fundamentos. Para demonstrá-lo é necessário que se responda: quem são os novos sujeitos políticos visibilizados na perspectiva de/descolonial? Quais atores protagonizam lutas, contestações, reivindicações? Por que lutam? Contra a desigualdade, a segregação, por acessibilidade, por oportunidades de trabalho – mas como lutam? A partir dos seus territórios, seu cotidiano – e onde são e estão tais territórios? Às margens (de diferentes tipos) de cidades.

A urbanização nunca desempenhou um papel coadjuvante na história do capitalismo, o sabemos bem, pelo menos desde meados do século XIX, quando a atividade industrial na Europa, particularmente nas cidades inglesas, fez com que suas elites dominantes comesçassem a mostrar seu interesse em colocar o planejamento urbano em bases científicas e institucionais. O desdobramento da trajetória de constituição do urbanismo como disciplina é bastante conhecido; contudo, se recuarmos essa análise da urbanização até o século XVI, veremos que a expansão do capitalismo pela via da colonização ultramarina de terras e gentes se fez sempre acompanhada por processos de opressão e dominação dos

espaços e grupos subalternos. E foi, principalmente, uma história de ocupação violenta de territórios e submissão de corpos.

A cidade moderna foi um empreendimento de ocupação territorial cujo valor comercial o urbanismo ajudou a aumentar por meio de uma melhor organização dos meios de exploração. Os processos capitalistas exigiram um substrato espacial sobre o qual pudessem exercitar sua hipótese de adensamento populacional, de modo que conseguissem aperfeiçoar os mecanismos de extração de valor e crescimento econômico. Foi assim que germinou o pensamento urbanístico.

O fôlego que o projeto de colonização deu ao velho mundo da Europa significou estruturar a exploração do Novo Mundo para o financiamento da acumulação de capital. A colonização nunca foi uma conquista exclusiva de territórios, mas sim o comércio e a exploração de riquezas comerciais. Desse empreendimento mercantil resultaram guerra e extermínio para reduzir, no Brasil Colônia, a população autóctone de 2,5 milhões para 340.000 indígenas.⁴

A globalização que se inicia com a ocupação do continente denominado América sempre calculou a exclusão, gerando para tal um padrão de poder que foi se consolidando como moderno, capitalista, eurocêntrico e sobretudo colonial, pois sua condição de possibilidade passava pela exploração que significou excluir e desumanizar, uma vez que os únicos considerados com direito à própria história eram homens brancos europeus.

156

Na produção capitalista do espaço urbano, o racismo – uso e abuso das mulheres e homens nele capturados – fez no Brasil uma de suas maiores aparições. Nossas cidades e territórios foram concebidos, projetados, desenhados e construídos segundo moldes dos poderes coloniais, fosse instaurando novos espaços, fosse subjugando aqueles espaços pré-coloniais consolidados. Foi necessário urbanizar a colônia; em outros termos, *territorializar a relação colonial*. A urbanização brasileira se constituiu reconciliada com uma tradição de opressão, em nome, sim, de uma lógica de raça, além de mediante operações discursivas, teóricas e práticas.

Essa lógica tem sustentado o enorme edifício de nossas cidades denominado *periferias* desde o seu momento originário. Definidos os sujeitos da diferença, tratados como objetos, coisas ou mercadorias, assim foram submetidos no princípio da colonização os indígenas, a seguir os negros escravizados, e, desde que vivemos o ciclo da modernidade das cidades republicanas, os pobres urbanos. Desse modo é que se fizeram as cidades em nosso país, mantendo crenças e preconceitos que serviram a uns em detrimento de outros.

As periferias sempre foram necessárias ao funcionamento da cidade. No modelo brasileiro de urbanização, que é patrimonialista, ocorre uma cristalização de um arranjo institucional no qual o poder instituído nunca teve como meta superar o

atraso; muito pelo contrário, os governos, um atrás do outro, reforçam padrões de poder colonialistas que dão manutenção a velhas engrenagens garantidoras de uma formação sócio-espacial na qual a elite rica habita bairros restritos e as periferias abrigam uma pobreza cruel.

O fundamento do urbanismo brasileiro tem sido, desde meados do século XIX, o Funcionalismo, cujo princípio era propor a cidade como objeto de uma ação racional e segundo um conjunto de padrões de poder territorial. Esse raciocínio urbanístico dependia de que se produzisse um distanciamento das realidades culturais preexistentes (TOPALOV, 1996, p. 24), o que, não raro, implicou vidas urbanas espoliadas por um projeto econômico capitalista que, a bem da verdade, teve sua origem na subordinação colonial. É preciso fazer a crítica dessa hegemonia de concepções, hierarquias e usos de territórios sobre a práxis territorial das populações submetidas. É necessário refletir sobre as periferias e as insurreições urbanas como configurações decisivas da urbanização moderna brasileira, fazendo a crítica desse arranjo específico de poder que está imbricado à colonialidade.

MARGINALIDADE, DEPENDÊNCIA

Não se conhece raça antes da América, afirma Aníbal Quijano ([2000] 2005). Diz o autor que a América representa para a civilização ocidental um momento originário tal como a Grécia o fora antes. Mas, de modo reverso, a América foi desde esse início a periferia do sistema-mundo; foi também a primeira oportunidade de acumulação primitiva de capital. Quijano estabelece tal princípio ao colocar a colonialidade do poder em termos dos problemas de diferença colonial e geopolítica do conhecimento: o problema da *invenção do Outro*, numa perspectiva geopolítica.

157

Refletir sobre a questão urbana nesse cenário/projeto de colonização nos conduz a criticar o urbanismo desde sua matriz eurocêntrica que o configurou, já a partir do século XVII, de modo sistemático, simetricamente aos fluxos de domínio territorial e à hegemonia governamental da Europa burguesa. Relativamente à atualidade, o pensamento de/descolonial sobre a questão urbana implica desdobrar essa crítica à generalização das formas da megalópole e da megacidade que suprime arranjos territoriais locais ou mesmo apaga modos tradicionais de vida urbana.

Para o Brasil, pensar a de/descolonização do saber urbano implica, por um lado, dar relevo à condição de uma urbanização extensiva e produtora de extremas desigualdade e segregação sócio-espaciais. Por outro lado, dar relevo a essa condição do urbano no Brasil evidencia a similitude de problemas com países da América Latina e nos faz, finalmente, dialogar com o giro de/descolonial em curso no território latino-americano há mais de duas décadas.

No âmbito da investigação sobre o ciclo recente de insurreições urbanas atuais no Brasil,⁵ a retomada da teoria de Aníbal Quijano sobre a *marginalização* e a *urbanização dependente* diz respeito a uma indagação crucial para a pesquisa acerca do(s) momento(s) do debate sobre as lutas urbanas em que as periferias vieram para o primeiro plano de análise.

A contribuição trazida pelo autor peruano ao debate sociológico latino-americano, por meio do conceito de marginalidade – e em certa medida de seu debate na teorização dos movimentos sociais urbanos – foi certamente relevante para os processos urbanos até o final da década de 1990; e, a rigor, a teoria de Quijano poderia explicar em alguma medida a realidade atual de nossas cidades, uma vez que a ideia de marginalidade tem validade, mais de quarenta anos depois, para nos ajudar a pensar as formas de exclusão social resultantes das novas assimetrias globais.⁶

Nos textos de 1971 e 1973 a que me reporto, e em que Quijano pela primeira vez reflete sobre repercussões sócio-espaciais das vidas de populações em territórios periféricos, me parece haver importantes aspectos e conclusões, mesmo que incipientes, para o que mais tarde a teoria urbana denominaria *condição periférica*.

158

Os conceitos de *marginalidade urbana* e de *urbanização dependente* foram debatidos por Quijano em ampla discussão das ciências sociais e da história cultural urbana na América Latina (cf. SCHTEINGART, 1973; CASTELLS, 1973), em meio a argumentos por meio dos quais o autor analisou as formas peculiares da urbanização no continente, num processo de produção do conhecimento em que tomou por base empírica a cidade latino-americana.⁷

Em 1966, no ano em que chega a CEPAL como pesquisador do *Programa de Investigaciones sobre Urbanización y Marginalidad* da Divisão de Assuntos Sociais, o sociólogo peruano publica o texto “Notas sobre o conceito de marginalidade social”, escrito para uma discussão interna do órgão. Tratava-se de uma espécie de levantamento não sistemático sobre o termo *marginalidade* na teoria sociológica (QUIJANO, [1966] 1978). Como não parecia haver muita clareza conceitual sobre os significados que o termo carregava, Quijano se propunha a elencar trabalhos e formas de uso do mesmo, a fim de produzir subsídios para uma reelaboração mais precisa do conceito. Foi nesse contexto que a teoria da marginalidade urbana encontrou seu objeto empírico também já revertido em teoria: a cidade latino-americana.

Em sua atividade na CEPAL, desempenhada entre 1966 e 1971, o pensamento de Quijano se encontra com o de Castells e desse movimento teórico-empírico resultaria o conceito de *urbanização dependente* – também desenvolvido por Manuel Castells. Ambas as formulações são publicizadas na coletânea *La urbanización dependiente en América Latina*. Os trabalhos desses dois autores, junta-

mente aos outros artigos do livro, fizeram parte de um esforço maior para pensar o processo de urbanização na América Latina em suas várias perspectivas.

Ao publicar o texto “La formación de un universo marginal en las ciudades de América Latina”, em 1971, na revista *Espaces et Sociétés*, em Paris, o autor contribui para consagrar a versão hegemônica do termo *marginalidade* na América Latina, propondo tratar-se de um “novo estrato formado da população marginalizada pelo conjunto do corpo social” (QUIJANO, [1971] 1973, p. 141). Tal artigo ganharia proeminência ao ser incluído na coletânea “Imperialismo y urbanización en América Latina”, organizada por Manuel Castells em 1973, consagrando essa versão do conceito.

O sociólogo reconhecia ao menos duas matrizes para o termo marginalidade. Na primeira delas, desenvolvida pela sociologia de Chicago e particularmente na obra de Robert Park, está a teoria da personalidade marginal, que considera que a marginalidade é um traço de personalidade do indivíduo. Na outra matriz, essa sim seguida por Quijano, havia a teoria da situação social marginal, que vinculava tal conceito aos grupos sociais e não aos indivíduos. O processo de marginalização social resultava de um conjunto de condições históricas dadas pela implementação de uma industrialização organizada e dependente do monopólio dentro de uma estrutura socioeconômica que combina níveis desiguais e relações de produção.

159

A marginalização consistiria na crescente diferenciação dos segmentos da classe trabalhadora que ocupam posições precárias e instáveis no mercado de trabalho que não têm significado para a acumulação capitalista. Aqueles que sofrem de marginalização teriam uma existência dada pela pauperização social, econômica e cultural e suas ocupações ocorreriam apenas para prover sua sobrevivência. Na América Latina, como condição mesma de existência e desenvolvimento do capitalismo na periferia dependente, essa situação de pauperização é imposta, sobretudo, por uma cristalização da relação básica de dominação/marginalização.

Quijano reconhecia a população marginalizada nas sociedades latino-americanas como um novo estrato social: “o processo compromete vastos conjuntos que não estão mais isolados e dispersos”, sendo, portanto, um problema concernente a toda a sociedade e não apenas aos setores marginais. Quem, afinal, eram os marginais e qual era o significado social de sua existência? Se sempre houve “pessoas excluídas mais ou menos permanentemente do mercado de trabalho dominante e que em razão de seus poucos recursos não tinha acesso aos bens de consumo e aos serviços”, estes também sempre foram “indivíduos isolados ou reunidos em pequenos grupos, dispersos e atomizados”. Mas nunca antes tais “marginais” teriam formado um estrato social específico. “Hoje em dia, ocorre o contrário”, completa Aníbal Quijano (QUIJANO, [1971] 1973, p. 141).

Essa nova estratificação no corpo social obrigava tais grupos a se concentrarem

em zonas determinadas, em decorrência de um déficit habitacional estrutural, levando ao surgimento de territórios demarcados pela urgência da sobrevivência, onde se davam relações de sociabilidade específicas. Era, então, necessário compreender essas formas de agrupamento, nas suas relações econômicas e sociais, nas suas relações com os setores hegemônicos e nos processos de organização dos interesses em jogo (ibid., p. 142-143).

Quijano trouxe à sua reflexão sobre os processos de marginalização dois estudos empíricos: a experiência do *Movimiento de Pobladores* chileno e uma forma comunitária de gestão política em um bairro marginal de Lima, o que representa uma tentativa de avançar na leitura dos movimentos sociais urbanos. No início da década de 1970, esses novos atores políticos vindos dos bairros populares ganhavam visibilidade; ao mesmo tempo, a ocupação organizada de terras urbanas ia se constituindo como principal repertório de ação coletiva de contestação desses habitantes urbanos. O sociólogo enxergou a potência transformadora dessa ação dos movimentos sociais naquele momento de polarização e radicalização política.

Tentando formular hipóteses para o funcionamento desse novo extrato, Quijano analisa os processos econômicos em que estão inseridos esses *marginalizados urbanos* (os empregados, os artesãos, as pequenas empresas de serviços e o pequeno comércio), a qualidade de sua moradia (a localização, o entorno, a oferta de infraestrutura) e as formas de controle (os mecanismos políticos de ajuda estatal) a que suas vidas estão submetidas. Além desses, põe em relevo mais dois aspectos da constituição dos territórios periféricos: a organização familiar, “focada na mãe”, e o peso que os meios de comunicação de massa vinham adquirindo naqueles lugares.

“Entre os grupos sociais horizontais que organizam a população marginal, um local específico deve ser reservado para a família. Muitas pesquisas, principalmente antropológicas, realizadas em diferentes ambientes urbanos marginalizados, parecem mostrar que a família marginal possui uma configuração particular, suas próprias formas de se relacionar entre seus membros e, conseqüentemente, um sistema específico de valores e normas [...]. Ela estaria focada na mãe. A relação mãe-filho seria fundamental e a figura do pai, instável e flutuante. A família seria centrada na mãe a partir de todos os pontos de vista, inclusive o econômico”.

O que passa é que, entre os marginalizados, os laços familiares, tecidos desde a figura materna,

“integram-se em um tecido de relações de parentesco e de aliança que permitem o funcionamento de mecanismos de ajuda econômica mútua, seja entre marginais, seja entre eles e as camadas proletárias e médias urbanas” (ibid., p. 153).

Esse raciocínio que coloca as mulheres no centro da organização social, sem dúvida, fará parte do conjunto de argumentos com os quais Quijano mais tarde enfrenta os mecanismos de poder da colonialidade. Por sua vez, a proeminência que ganha, no pensamento do sociólogo, a questão da comunicação e das linguagens na organização das periferias pode ser vista na seguinte afirmativa:

“Precisar os efeitos específicos da influência dos ‘mass media’ nas populações marginais é um aspecto fundamental da pesquisa, mas isso implica necessariamente em um estudo concreto preliminar sobre os mecanismos de comunicação e elaboração de mensagens, sobre seu conteúdo específico de acordo com cada problema e sobre seus tipos de união com o sistema de controle e com os interesses dos grupos dominantes. Somente então poderiam ser estudados os efeitos de cada tipo de mensagem e cada meio de comunicação nos diferentes campos de percepção e ação dos marginais. Esse problema já pertence às preocupações das ciências sociais latino-americanas, mas como ninguém pode ignorar, ele ainda está na infância, sendo que as dificuldades encontradas em qualquer tentativa de pesquisa séria são enormes” (ibid., p. 158).

Mesmo que Quijano conclua dizendo que “no que concerne à marginalidade urbana na América Latina as formas de estruturação sociocultural estão relativamente mal definidas”, a meu ver essas duas leituras do sociólogo dão conta tanto da singularidade na organização social das periferias quanto do que está em curso na sua transformação cultural. Ainda que ele afirme:

“até hoje, em nenhum país latino-americano, a população marginal vem tendo o poder de participar ativamente e de maneira relativamente autônoma na constituição da estrutura urbana global, nem de comunicar conteúdos próprios de maneira sistemática e organizada” (ibid., p. 157).

Ao olhar mais detidamente para a realidade da vida cotidiana dos trabalhadores urbanos e seus arranjos comunitários em escalas diversas, desde os minúsculos territórios das relações familiares até os elementos do consumo de lazer que esboçaram espaços coletivos de sociabilidade, Quijano parecia antever uma potência de transformação social cujos efeitos se fariam sentir em desdobramentos da experiência política daquele estrato social.

Na experiência do cotidiano às margens das cidades, brotava uma possibilidade de renovação, dessa vez por meio de novas formas de expressão que ganhavam voz, mesmo no interior das estruturas organizativas dos movimentos sociais pautadas na identificação de necessidades comuns. As mães, as mulheres e os jovens, os marginais latino-americanos, vivendo em periferias puderam ser antevistos como novos atores sociais que, por não estarem completamente integrados à lógica de classe, sinalizavam uma ruptura com o sistema de dominação.

“As transmissões que utilizam os canais dos ‘mass media’ não são as únicas, nem talvez as mais difundidas entre a população marginal. Outros canais são organizações políticas, as

instituições de ajuda social pública e privadas, os sindicatos, as organizações estudantis e, em outro plano, o tecido de relações familiares que une os marginais aos grupos populares não marginais. Atualmente se sabe pouca coisa sobre os diferentes modos de ação de cada tipo de canal, sobre os diferentes grupos marginais que os afetam, sobre os diferentes tipos de problemas de que tratam e os diferentes efeitos que produzem” (ibid., p. 158).

CRITICAR A PARTIR DA PERIFERIA

Raúl Zibechi publica dois textos em sequência, o primeiro em 2014, “Descolonizar el pensamiento crítico y las prácticas emancipatorias”, e, a seguir, *Territórios em resistência*, em 2015, colocando o colonialismo “como chave epistemológica para compreender a realidade” das formas de luta no continente latino-americano (ZIBECHI, [2011] 2015, p. 8). Sua tese geral, em ambas as obras, é que somente a partir de um pensamento descolonizado, que permita realizar análises sem olhos eurocêntricos, é possível dar relevo às distinções da dominação e da resistência locais em múltiplos territórios desde sempre fustigados pela repressão.

O argumento do autor uruguaio que culmina nesses dois textos se desenvolve desde 2011, a partir de extensa pesquisa empírica levada a cabo entre Argentina, Chile, México, Colômbia, Peru e Brasil. O tom ensaístico da escrita de Zibechi revela relatos em profundidade de experiências diversas sobre territórios indígenas e negros, cada um deles habitado por setores populares, dando conta tanto de movimentos sociais consolidados, organizados em lutas e reivindicações por direitos e questões de Estado quanto de contestações e lutas mais recentes sustentadas em “organizações em novos processos constitutivos” (ZIBECHI, [2011] 2015, p. 19).

A crítica ao colonialismo em Zibechi é tributária do pensamento de Frantz Fanon, de cuja teoria se vale em “Descolonizar el pensamiento crítico...” para analisar a experiência dos zapatistas, mas, sobretudo, do seu encontro com os movimentos negros e as populações nas favelas brasileiras, conforme relata:

“Conhecer esses territórios/favelas e essas pessoas me levou, em uma viagem sem paradas, à releitura de Fanon. Embora venha percorrendo há anos comunidades indígenas e camponesas, a realidade das resistências negras me abriu as portas para repensar o colonialismo [...]. Aquilo que aprendi no mundo andino e mais não seria de maior serventia para compreender as lutas negras no Brasil [...]. A experiência da escravidão é intransferível [...]. Somente pode escrever a raiva que transmite as páginas de ‘Os condenados da terra’ quem sofreu essa dor” (ZIBECHI, 2015, p. 8).

Narrando o protagonismo dos habitantes das periferias urbanas latino-americanas na luta por condições de autonomia política e social capazes de reverberar na produção do espaço, Zibechi reivindica a potência de tais formas de vida urbana numa argumentação que em muitos pontos é convergente com os aspectos le-

vantados por Quijano, no que tange a pensar o subalterno como agente de mudança. No trânsito do pensamento de um autor ao outro, evidencia-se a urgência de compreender o problema das *periferias em sua historicidade*, especialmente se tomarmos em conta sua ampliação nos cenários de crise e de novos ciclos de exploração com que nos defrontamos.

Isso implica investigar a espessura histórica das periferias, reconhecendo-as em sua paradoxal presença sócio-espacial. Em outros termos, trata-se de assumir a centralidade analítica que de fato a periferia tem na sociedade urbana, tomando-a como ponto de partida e, assim, “recuperar o sentido do que perdeu o sentido, para compreender o todo, as contradições e sobretudo o possível e as possibilidades” (MARTINS, 2008, p. 55). Pois é prioritário conferir reconhecimento aos espaços de pobreza e às formas de agência popular.

Raúl Zibechi chama as periferias de lugar onde se dão os *contrapoderes dos de baixo* (ZIBECHI, [2011] 2015). Esses contrapoderes são construídos e desenvolvidos a partir de determinadas forças que também Aníbal Quijano viu germinar nos anos de 1970, quais sejam, a força das mulheres na organização da coletividade, as questões de linguagem e informação que chegam com os meios massivos de comunicação e seus efeitos para a expressividade dos jovens.

“As periferias urbanas representam uma das fraturas mais importantes de um sistema que tende ao caos [...]. Há que se responder] como e por que essas periferias se converteram em cenários decisivos, em espaços a partir dos quais as classes subalternas têm lançado os mais formidáveis desafios ao sistema capitalista, até se converterem em algo como contrapoderes populares dos de baixo” (ZIBECHI, [2011] 2015, p. 26).

163

De muitos modos, compreender nossa *condição urbana a partir da periferia*, efetuando uma inversão de código de interpretação do processo histórico, é fazer a *crítica da colonialidade*. “Modernidade e colonialidade são duas faces da mesma moeda”, afirmou Walter D. Mignolo (2008) e se tal afirmativa serve de modo contundente à análise da produção capitalista do espaço urbano nos países da América Latina, serve mais ainda no que concerne ao Brasil, cuja urbanização modernizadora – colocada em curso já no primeiro momento dos governos republicanos – reproduziu os padrões de poder da colônia até depois da independência. Para avançar na crítica desse modelo de urbanização que jamais se ocupou, de fato, em democratizar a sociedade urbana em que vimos nos constituindo desde o século XIX, é preciso confrontar a desigualdade e a segregação que são nossos problemas permanentes e que, a rigor, definem a sociedade urbana no Brasil.

No espaço urbano, que é arranjo sistêmico de oferta de infraestrutura física viabilizado pelo aparato do Estado e suas intermediações, a produção das localizações denominadas periferias representam o expediente mais eficaz para manter

o baixo custo de reprodução da força de trabalho. Toda periferia traduz a diferenciação e a não homogeneidade das condições de vida urbana, produzidas socialmente e como resultado coletivo do trabalho numa sociedade. A periferia representa um processo historicamente enraizado na história e no espaço de aglomeração metropolitana, funcionando como fronteira de expansão do capital – estabelecida por meio de mecanismos, processos, instituições e práticas sociais específicas. Ao analisar esse diagrama de forças e poderes, vemos que seus movimentos e protagonistas podem ser compreendidos a partir do *pensamento de/descolonial*, por meio de suas lentes que enxergam a fratura no sistema capitalista: raça, etnia, gênero e classe.

Se a *colonialidade* é um desdobramento do arranjo de dominação dos países e grupos subalternos, não é difícil concluir que, nas extensas periferias de megacidades na América Latina, os processos de urbanização fundamentados pela ideia europeia de modernização (progresso, crescimento e desenvolvimento) resultaram e resultam em polarização extrema entre pobres (genericamente tidos como marginais, violentos e criminosos) e ricos (as elites e as classes médias automaticamente considerados como sujeitos políticos legítimos, atores sociais de natural relevância). Compreender nossa *condição urbana a partir da periferia*, efetuando uma inversão de código de interpretação do processo histórico, é fazer a *crítica da colonialidade*.

164

A sociedade brasileira reforça, em sua conjuntura atual, padrões de uma cultura que não tolera a pobreza; que espelha, na prepotência de suas elites, formas de domínio sobre a terra, dinâmicas de controle da força de trabalho e imposição de um ideal colonial da cultura branca europeia sobre manifestações das culturas populares. Os padrões naturalizados de segregação característicos da ocupação do espaço urbano brasileiro privilegiam claramente as classes dominantes, esses donos da terra que afirmam seu poder desde o sistema de capitanias e somente o reforçaram na transição para uma sociedade urbana desde sempre ancorada numa concentração indecente de riqueza.

Se racismo, desigualdade e segregação são temas permanentes – porque definidos a partir de um padrão de poder que se perpetuou da colônia até depois da independência – que definem a *condição urbana* na América Latina em geral e no Brasil em particular, a pergunta sobre os modos de lutas nas cidades precisa compreender a origem dessa condição. Nesse sentido, as lutas atuais dos povos na América Latina (mulheres, indígenas e jovens negros) podem ser compreendidas como vetores históricos interrompidos pela conquista e pela colonização.

Deve-se considerar, para a compreensão das periferias, um determinado ponto de inflexão na história urbana brasileira e latino-americana que ocorreu entre 1945 e 1967, quando, na América Latina, aconteceu o ápice dessa trajetória de urbanização modernista, refletindo a ideia cepalina⁸ da necessidade de uma polí-

tica de industrialização coordenada pelo Estado como forma de superar a pobreza dos países do Terceiro Mundo. Nesse receituário, do mesmo modo que a industrialização, a urbanização era sinônimo de desenvolvimento. Para as classes médias latino-americanas, àquela altura o pilar de sustentação dos governos nacionais, não foi difícil aderir a esse ideário: bastava enxergar nos países do norte um exemplo de mundo urbano a construir-se. A pobreza era algo *a ser corrigido* e a prosperidade era uma meta *a ser conquistada*. E isso nunca significou reunir pobres e ricos numa mesma vizinhança. Muito pelo contrário: afinal era preciso se diferenciar esses de aqueles, sendo a desigualdade (quase) assumida como destino de nossas cidades. Desde então, fixadas nas margens, favelas e periferias encarnam nosso racismo e nossas realidades de segregação sócio-espacial.

Tendo em mente que as localizações urbanas são produzidas segundo condições sociais e econômicas específicas, é consequente compreender a segregação como uma determinação da espacialidade, isto é, como algo que opera nas periferias segundo padrões de localização e condições concretas de precariedade dos espaços construídos.

“Se você tomar, por exemplo, duas pessoas igualmente pobres, com características sociais similares de escolaridade, renda etc., que moram em famílias similares, têm igual cor da pele, mas moram em lugares diferentes da cidade, o futuro delas tende a ser diferente [... Afinal,] entre as muitas dimensões que a pobreza tem, o território está incluído. O território é uma dimensão das condições sociais e da pobreza de maneira mais específica” (MARQUES et al., 2006, p. 105).

165

À medida em que iam se consolidando, as periferias no Brasil formavam um conjunto sem reunião. Se eram bairros, vilas, favelas, comunidades, ocupações, terrenos e loteamentos irregulares, sempre densamente ocupados, cada uma dessas periferias se definia como espaço social complexo, contraditório e repleto de zonas liminares. Suas fronteiras de modo nenhum se constituíam somente por coordenadas espaciais; e cada periferia ia sendo produzida por diversos campos de força. Até o final da década de 1970, as periferias eram territórios proletários. A partir dos anos de 1980, quando a grande cidade evidencia-se como um tecido de cruzamentos e passagens atravessado por experiências que se fazem justamente nos limiares de universos distintos, a periferia deixa de ser percebida como algo fixo, homogêneo, unificado ou submetido às mesmas clivagens. Ocorre uma transformação profunda na dinâmica das periferias brasileiras e, pelas quatro décadas subsequentes, torna-se necessário compreender os territórios periféricos a partir de relações de poder, dominação e subordinação, tal como exercidas nos espaços de pobreza, sobre as formas de agência popular. A periferia começava, à altura da década de 1980, a ser considerada uma categoria relacional: não mais um território de encapsulamento, passava a ser percebida como multiplicidade irreduzível.

Evidentemente, essa mudança no pensamento sobre o urbano não se processou de modo exclusivo na América Latina. Pode-se afirmar que é parte das transformações culturais operadas pelos movimentos de 1968 ao redor do mundo, quando novas formas de fazer política foram criadas. Essa renovação demonstrou, para o saber urbano, o limite da perspectiva estadocêntrica de atuação e evidenciou a emergência de novas formas de organização coletiva dos sujeitos políticos pertencentes aos estratos sociais mais pobres. Desde os anos de 2000, a análise em profundidade das periferias somente tem sido efetiva se inclui desde o princípio uma caracterização da dinâmica dos conflitos ali desenrolados (para além da explicitação de composição das classes sociais presentes naqueles espaços) até os modos de vida urbana (que traduzem as dimensões cotidianas, representações simbólicas, estratégias de sobrevivência, formas de sociabilidade), evidentemente passando pela demonstração dos novos modos de trabalho (articulados a questões de gênero, raça, etnia e geracionais). A periferia é o horizonte que emerge da potência de ligar os circuitos e os modos de vida popular com a materialidade das novas forças produtivas. Os bairros pobres, para além de serem tomados como anomalias, são espaços que, para serem compreendidos na atualidade, exigem ser vistos em seu potencial emancipatório.

“As periferias urbanas das grandes cidades vêm formando um mundo próprio, que percorreu um longo caminho: da apropriação de terras e do espaço à criação de territórios; da criação de novas subjetividades à constituição de sujeitos políticos novos e diferentes em relação à velha classe operária industrial sindicalizada; do desemprego à criação de novos ofícios que dão passagem às novas economias contestatórias [...] Com relação a] este longo processo em toda sua complexidade [...] ainda não descobrimos todas as suas potencialidades” (ZIBECHI, [2011] 2015, p. 91).

Indo ao encontro do pensamento de Aníbal Quijano, Raúl Zibechi reverbera a tese do sociólogo peruano sobre os elementos que permitem pensar uma lógica singular regente das vidas urbanas nas periferias. No centro dessa lógica, que explicita articulações, redes e arranjos culturais no cotidiano, está a figura da mulher.

O pano de fundo deste processo dos setores populares é a expansão de uma lógica familiar comunitária centrada no papel da mulher-mãe, em torno de quem se molda um mundo de relações outras: afetivas, de cuidados mútuos, de contenção, inclusivas. Estas formas de viver e fazer têm saído dos âmbitos privados nos quais se encontravam refugiadas para manterem-se vivas, e diante da crise sistêmica que se evidenciou desde 1968, vêm se expandindo em direção aos espaços públicos e coletivos (ibid., p. 91).

Se, a concordar com Zibechi, são os afetos que organizam os bairros, os complexos de favelas, as vizinhanças, pode-se afirmar que, na América Latina dos dias de hoje, é dessas formas de vida coletiva-comunitária nas periferias que podem surgir estratégias e táticas de luta.

DE/DESCOLONIZAR AS LUTAS

“Todo o meu aprendizado está nesse percurso. Tudo o que está localizado entre Santa Cruz e Ipanema. Sentado no meio-fio, esperando a van de madrugada, vendo o mar bravio como o que engoliu Escobar, eis a Ipanema que se repetiu durante anos para mim. Desenvolvi uma relação com a madrugada de Ipanema e invejava a Ipanema solar, do cinema e da literatura. Nunca tive coragem de frequentar Ipanema durante o dia, mas me sentia em casa sentado no meio-fio esperando a van para Santa Cruz”.

Marcos Faustini, *Guia afetivo da periferia*, 2009, p. 44.

Os conflitos urbanos no Brasil, que predominantemente têm origem numa extensa e profunda injustiça social, não raro expõem formas inovadoras de reivindicação de direitos, nas quais os territórios periféricos surgem, como denominei acima, numa soma de *energias insurgentes*, demonstrando que *viver a desigualdade e a exclusão também pode ensinar o exercício das lutas e contestações por vidas urbanas mais justas*.

Considerada a produção do espaço, nota-se que há, nas periferias, uma *condição de emergência* que faz com que modos diversos e dissidentes de apropriação do meio urbano obriguem à reflexão renovada sobre os fundamentos do *urbano* no Brasil, uma vez que se traduzem em práticas de frequência e usos do espaço público, representações da cultura política e deslocamentos discursivos de grupos sociais sempre dinâmicos.

No que diz respeito à análise sociológica urbana, o pensamento de Quijano expressou, na década de 1980, a passagem de sua referência em dimensões prioritariamente políticas e econômicas para um esforço reflexivo em que cultura e história são tomadas como mediações fundamentais no debate latino-americano que se configurava de modo novo. Assim, num pensamento assinalado pela travessia entre a produção dependentista e marxista da década de 1970 e a elaboração conceitual da colonialidade do poder da década de 1990, Quijano questionou política e epistemologicamente as tensões subjacentes à história da teoria social latino-americana.

Na virada do século, o sociólogo peruano Aníbal Quijano passou a se debruçar sobre a *colonialidade do poder*, o principal conceito do *giro de/descolonial latino-americano*. Entretanto, uma enunciação fundamental do sociólogo se deu numa entrevista concedida a um periódico de Lima, em 1991. Ali, num momento de gestação de novos léxico e categorias, ele apresenta o fundamento de sua crítica da racionalidade moderna europeia como modelo de dominação e exploração mundial a partir do centro europeu, da divisão internacional do trabalho e da hierarquização étnico-racial da população mundial (QUIJANO, 1991).

Segundo Quijano, a crítica à *colonialidade do poder* esboça uma racionalidade al-

ternativa, cujos fundamentos estão na reciprocidade e na solidariedade. Para o autor, trata-se de reinstalar as ideias do Outro e, dada a relação com o Outro, nos quadros do que denomina “uma correspondência solidária”. É uma racionalidade que, contraposta a quaisquer formas de dominação e exploração, tampouco implica homogeneização, seja de culturas, espécies, maneiras ou normas. Confirma-se na

ideia de diversidade e de alegria no trabalho coletivo. Não é para resgatar o coletivo frente ao individual ou o individual frente ao coletivo, pois o coletivo como algo fechado é simplesmente quase impossível depois da experiência dos últimos quinhentos anos [... O que] estou falando é do coletivo como relação de indivíduos livres (QUIJANO, 1991, p. 52).

O que se critica, afinal, na racionalidade europeia, é o conjunto de relações ordenadoras do capitalismo colonial/moderno e os padrões de poder que delas resulta, a que Quijano chamou colonialidade do poder. Originado e sistematizado a partir da América, mas sendo, nele mesmo, uma engenharia ordenadora das múltiplas hierarquias do sistema-mundo, esse exercício do poder se funda na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo e opera em cada um dos planos, âmbitos e dimensões materiais e subjetivas da existência social cotidiana e da escala social (QUIJANO, 2000, p. 342).

Ao dizer dessa racionalidade alternativa, o autor propõe um projeto intercultural de transformação social, pensado a partir de conhecimentos subalternos, cujas manifestações estariam principalmente no movimento indígena latino-americano, mas não somente; que se estenderia a outros movimentos no continente, contra a exploração, a dominação e a submissão, como os movimentos negro, quilombola, feminista e ecologista. São contestações cujo fundamento não se esgota nos temas concernentes ao trabalho, mas aglutina problemas em torno de questões de gênero e de juventude, dentre tantos, visando a conectar os diversos elementos e formas do conhecimento.

Raúl Zibechi aponta a mesma direção ao dizer que é necessário diferenciar a lógica subjacente à manifestação dos *contrapoderes de baixo*:

“devemos aceitar que não há racionalidade, instrumental e estadocêntrica, mas que cada sujeito tem sua racionalidade e que todos podemos ser sujeitos quando dizemos que basta. Trata-se, então, de entender as racionalidades-outras, uma questão que só pode ser feita de dentro e em movimento, com base na lógica imanente que os atos coletivos dos sujeitos de baixo desvelam. Isso indica que não se trata de interpretar, mas de participar” (ZIBECHI, 2011).

A reivindicação de uma racionalidade contraposta à colonialidade é, a meu ver, a chave para compreender os conflitos urbanos contemporâneos no Brasil, travados nas periferias.

As insurreições urbanas exigem a construção de outro tipo de conhecimento, de outra prática política, de outro poder social e estatal, e, enfim, de outro tipo

de sociedade. Territórios periféricos não requerem apenas o seu reconhecimento e inclusão em um Estado neoliberal que reproduz o colonialismo, mas que o Estado reconheça a diferença colonial epistêmica, ética e política. Pedem que se reconheça a sua participação no Estado, a fim de intervirem com igualdade.

É necessário, nesse sentido, ampliar o campo de discussões e o debate sobre a produção e a ocupação das cidades no país, observando, por exemplo, a construção histórica da desigualdade a partir de múltiplos pontos de vista. A análise das questões relativas às disputas pelo espaço, se vistas para além do recorte por classes sociais, precisam dar conta não exclusivamente da diferenciação societária, mas também dos âmbitos racial, étnico e de gênero. Na América Latina, a trajetória das lutas em cada um desses segmentos não é, obviamente, recente, dada a forma de dominação colonial.

No entanto, quando rebatido sobre o plano das contestações urbanas, esse diagrama de forças deixa ver sua inteira complexidade. Estou falando de lutas travadas nas cidades, por certo, que, entretanto, não se explicam inteiramente a partir da categoria *movimento social urbano*. Para compreender as lutas sociais latino-americanas, é necessário vê-las sob o prisma da crítica da colonialidade, como *movimentos antissistêmicos* (ZIBECCHI, 2014). São lutas construídas em situações e possibilidades cotidianas, cujo dinamismo consolida relações externas e antagônicas aos protocolos estatistas e burocráticos.

169

“Essas teorias sobre os movimentos sociais partem do pressuposto de que existe uma sociedade e que parte dela – uma classe social ou setor desfavorecido ou oprimido – faz suas reivindicações ao Estado em um esforço para se fazer ouvir e satisfazer suas demandas. Isso leva a análises das formas organizacionais de ação coletiva, da estrutura da oportunidade, dos recursos culturais que são acionados etc. – em outras palavras, diferentes maneiras de explicar como uma sociedade unificada com um Estado, um sistema de justiça e um sistema político de tomada de decisão resolve ou expressa diferenças, desigualdades e opressão. Acho que a pior coisa que podemos fazer é tentar entender essa realidade embasados por conceitos como movimentos sociais, porque isso envolve a aplicação de categorias alheias ao que estamos tentando compreender” (ZIBECCHI, 2012, p. 181).

Na perspectiva do pensamento de/descolonial, então, o que emerge das lutas, o que afinal se deixa ver que de outro modo não se veria? Ao se falar de reivindicações e contestações de camponeses, comunidades indígenas ou dos pobres nas periferias urbanas, fala-se, afinal, de formas-comunidade que se convertem em forma de luta. Ao mesmo tempo, são lutas históricas globais que se desenvolvem em diferentes espaços históricos.

Entendê-las a partir de um pensamento descolonizado implica analisar os processos locais para além dos moldes eurocêtricos, isto é, implica compreender as distinções da dominação e resistências locais, mas sem abdicar da compreen-

são das dimensões geopolítica e imperialista ou da dimensão global do exercício de poder. Elas têm sido lutas de longa duração, contra opressões e lutas por emancipação, lutas que se entrelaçam, seja no contexto de crítica da teoria da dependência, na fase da expansão capitalista (1945-1973), seja no contexto do neoliberalismo, desde 1989 até atualmente.

Em sua configuração geral, as cidades podem parecer, por vezes, uma escala de análise frágil, quando consideradas propostas e práticas comunitárias de emancipação, ao passo que os territórios periféricos guardam a vantagem de que sua dinâmica multifacetada representa concretamente a possibilidade de a micropolítica recompor a macropolítica. Nas últimas décadas, as periferias urbanas têm abrigado iniciativas igualmente significativas às dos movimentos indígenas e camponeses, que construíram espaços fora das lógicas capitalistas – ainda que tenham mantido, muitas vezes, relações parciais com o Estado e com o próprio capital.

Nas periferias das grandes cidades, as formas de organização de resistências em construções coletivas, mesmo que menos visíveis – porque consolidadas internamente aos territórios –, conjugam duração e efemeridade, lógicas de protesto e lógicas de ocupação, além de arranjos sociais diversos. Para compreendê-las é preciso assumir que esses conflitos têm novos padrões. E é preciso dar relevo a diversos aspectos segundo um plano de imanência que possa fazer a descrição desses novos padrões em detalhe.

170

O principal deles é o âmbito da escala da vida cotidiana. Nesse caso, deve-se recuperar a dimensão do vínculo entre lutar e viver, entre práxis repetitiva e práxis inovadora. A categoria específica do cotidiano é o âmbito do vivido, que é marcado por uma transescalaridade singular. Ainda que a microescala da vida cotidiana predomine principalmente em termos de organizar a resistência e a sobrevivência, um viés de transescalaridade precisa se estabelecer no momento em que se torna necessário negociar demandas e reivindicações com governos e o Estado.

Outro aspecto decisivo na configuração dos territórios em resistência é que suas lutas são organizadas horizontalmente, em grupos pequenos, sem equipes permanentes de direção. Gerem seus espaços políticos sem hierarquizações, sem divisões estritas entre direção e bases, entre quem dá ordem e quem executa, quem acata e quem decide.

São formas de organização política que não se apartam dos ritmos da vida cotidiana, levando para as práticas política e social os modos e as formas de fazer e estar juntos na vida cotidiana. Como relata Raúl Zibechi, essa é uma mudança estrutural positiva, pois

“a maior parte dos pobres da América Latina vive sua vida cotidiana à margem do Estado e para lutar vão descobrindo que não é necessário que se organizem ao modo do Estado” (ZIBECHI, 2014, p. 18).

Com relação à experiência de temporalidade dos movimentos antissistêmicos, também é crucial assinalar a sua singularidade, pois diz respeito a aprender o resgate dos vestígios muitas vezes ocultos de sua própria história, cruzando um passado não raro abandonado, oculto, e um movimento, uma disposição, para reativar essa herança na atualidade.

“Os movimentos antissistêmicos contam com três fontes de aprendizagem: a história das resistências, a reflexão sobre as lutas que protagonizam em cada período histórico e as experiências de outros movimentos em outras partes do mundo. Em síntese: o passado, o presente e as experiências dos outros de baixo. Assim sempre tem sido a história dos movimentos” (ZIBECHI, 2014, p. 165).

Por último, é preciso descrever as contestações urbanas segundo sua espacialidade específica, pois uma decisiva transformação nas lutas sociais se deu quando a constituição do território dessas lutas passou a ser uma variável incontornável, tanto em termos práticos quanto analíticos. Dado que toda luta urbana é um uso do espaço disruptivo da lógica do capital, em cada acontecimento dessa natureza a dimensão das relações sociais desempenhada a partir de um *território em uso* passou a implicar uma exigência para a análise da repercussão das lutas. Na atualidade, o conflito social exige ser compreendido como disputa encarnada no território, isto é, como o espaço que é apropriado e instituído pelos sujeitos e grupos sociais que, por meio dele, reivindicam suas demandas e desempenham sua contestação.

171

UMA ELOQUÊNCIA SINGULAR

“[Minha mãe] ainda sofisticou a narrativa, dizendo que quem fica na esquina arrastando chinelinho, havaiana furada com prego segurando as tiras, é um verdadeiro sem futuro. Ouvir isso e ter esse fantasma na cabeça é terrível para um jovem. Ele tem o mesmo amor pela casa e pela rua. Ficar na esquina é tão importante quanto ter um quarto. Minha mãe diz isso, por que ela nunca cruzou a esquina da Rio Branco com a Presidente Vargas num dia de domingo pela manhã e sentiu o início da civilização carioca a seus pés.”

Marcos Faustini, Guia afetivo da periferia, 2009, p. 105.

A pergunta que levanto neste trabalho, sobre a possibilidade da narrativa de insurreições urbanas em territórios periféricos estabelecer uma crítica da colonialidade do saber urbano, certamente demanda outros desdobramentos posteriores de pesquisa, se tendo em vista querer respondê-la em extensão e profundidade. Contudo, tê-la formulado a partir da hipótese de uma convergência entre Quijano e Zibechi, no que diz respeito a afirmar a potência das lutas que se constroem e se travam desde as periferias latino-americanas, me permitiu chegar aos seguintes pontos conclusivos diante da literatura estudada.

Primeiramente, o exame do cotidiano das populações predominantemente negras nas periferias brasileiras denota o protagonismo de dois novos sujeitos políticos: a saber, as mulheres e os jovens. Em segundo lugar, pode-se afirmar que os territórios periféricos expressam transformações espaciais decisivas que são decorrentes dos modos como se organizam esses dois novos atores políticos.

A experiência da juventude que tem vivido nas periferias nas décadas recentes traduz uma intensa produção de formas culturais novas. Nas décadas recentes, por meio de seus jovens, as periferias das cidades têm inventado com velocidade impressionante novos circuitos culturais e novas soluções econômicas – por mais precárias e informais que sejam – para sustentar essas invenções. São práticas que reclamam sua especificidade, reivindicam o direito à diferença e ao singular de uma “cultura que junta os fragmentos de uma identidade inconstituída, para dar-lhes cara, voz e sentido” (MARTINS, 2008, p. 62). A produção de cultura que ocorre *nas margens* configura movimentos abrangentes: encontra reciprocidades entre grupos diversos, recria códigos de comportamento e, inclusive, reinventa modelos e relações de produção, de conexão e de acesso por meio de canais alternativos.

Quando a juventude que vive na periferia faz, por meio da cultura, a crítica social do próprio periferismo, vê-se um desdobramento daquele aspecto relativo ao efeito da comunicação de massa sobre as populações marginalizadas que Quijano, em 1971, já identificava como fator de mudança. A cultura produzida pela juventude em seus territórios periféricos é *cultura do protesto*. Pense-se, como exemplo, nas transformações por que passam nas periferias as artes visuais (o pixo e o grafite), a literatura e a música (os saraus, os duelos de MCs, o funk, o rap e o hip-hop).

As situações de interdição à participação e representação da juventude dos setores populares em arranjos políticos tradicionais são reconfiguradas em linguagens estéticas e artísticas cuja politicidade é pulsante. Chamadas *marginais*, essas formas desvendam os nexos entre os processos de constituição dos sujeitos políticos e a expressividade estética: em outros termos, há uma criatividade que quando é posta em movimento a partir de privação, sujeição e destituição desemboca em produção de conhecimento. O que os jovens periféricos tantas vezes fazem ver é que produzir conhecimento no limiar do tolerável reinventa a resistência.

Por sua vez, a experiência das mulheres nesses territórios periféricos estabelece uma sólida referência de coletividade e organização, sempre refletida nas ações femininas individuais ou em grupos. É constituindo-se como sujeitos políticos na esfera da vida cotidiana que as mulheres exercem um papel singular na contenção da desintegração das relações

comunitárias, na construção coletiva do pensamento e dos processos de tomada de decisões. Zibechi ([2011] 2015, p. 91) aponta um elemento constante: “a expansão da mulher-mãe é evidente em todos os movimentos sociais atuais”. Trata-se, nas últimas décadas, de um processo emancipatório longo e de grande fôlego para dar combate à desigualdade e assimetria de poder na esfera da reprodução da vida. As lideranças nos territórios periféricos em sua grande maioria são mulheres negras, articulando a todo tempo questões em que se mesclam a raça, o gênero e a classe. Lideranças que, sustentando-se na teoria e na prática, preocupam-se em vincular a experiência do vivido à economia, à representação política. O protagonismo feminino nas revoltas populares, nas insurreições urbanas está ligado ao seu enorme protagonismo na vida cotidiana, em que o passo político fundamental é a passagem da reprodução na casa da família para a reprodução coletiva nos movimentos.

Em síntese, de/descolonizar o saber urbano decorrerá de pensar a periferia enquanto territórios configurados segundo dinâmicas sociais singulares que se realizam a partir da soma de capacidades e de coexistências. No que diz respeito às formas institucionalizadas de participação e decisão nos processos da vida urbana, as periferias exercitam modos de construção de coletividades e testam repertórios políticos próprios, relativamente autônomos. São novas subjetividades, novas formas de produção social que, a despeito de uma tradição de opressão, vêm diferindo dos modos de vida urbana hegemônicos: pois não cesam em criar condições para ampliar seu campo de ação, não recuam quando é preciso tensionar e esgarçar o padrão de poder que ainda é colonial. ─

NOTAS / REFERÊNCIAS

¹ No texto que nos foi enviado, a autora utilizava tanto “*descolonial*” quanto “*decolonial*” e preferia usar o verbo “*descolonizar*”. Intelectuais como Catherine Walsh defendem o uso de *decolonial* por acreditarem que o prefixo *de-* evoca uma exterioridade à colonialidade, e, portanto, um almejado desprendimento epistêmico em relação à mesma. Julieta Paredes, no entanto, é uma das que representa um outro grupo que vê um anglicismo não desejável em *decolonial*, exigindo o adjetivo *descolonial* para caracteri-

zar as lutas latino-americanas. Nós entramos em contato com Velloso para esclarecimentos a esse respeito: ciente dessas questões e de seus dilemas político-epistemológicos, ela preferiu adotar a postura de Zulma Palermo e usar “*de/descolonial*”, “*de/descolonizar*” e “*de/descolonialidade*”, refletindo a insolubilidade do debate. (Nota dos Editores).

² Mignolo conectou a perspectiva das lutas sociais e o pensamento de/descolonial, fazendo uma genealogia global

referida a indivíduos e movimentos: Mahatma Gandhi, W.E.B. Dubois, Juan Carlos Mariátegui, Amílcar Cabral, Aimé Césaire, Frantz Fanon, Fausto Reinaga, Vine Deloria Jr., Rigoberta Menchú, Gloria Anzaldúa, o Movimento dos Sem Terra, no Brasil, os zapatistas de Chiapas, os movimentos indígenas e afros na Bolívia, Equador e Colômbia, o Fórum Social Mundial e o Fórum Social das Américas (MIGNOLO, 2008, p. 258).

³ Merrifield (2015) desenvolve um argumento relevante sobre a produção das periferias urbanas, que as coloca como o que melhor estabelece a condição de uma urbanização planetária. As periferias são o resíduo do urbano contemporâneo, essa força que a tudo envolve no planeta, mas que, como resultado, expulsa, exclui e produz restos, deixando sobras, resíduos. De acordo com esse autor, pode-se deduzir da teoria lefebvriana sobre um urbano planetário que é justamente esse mecanismo de expulsão é o que faz com que o urbano permaneça em expansão. “*Os resíduos são objeto de qualquer metafísica do urbano, de qualquer planetarização do urbano. Vale lembrar: embora a metafísica esteja tentando descobrir a totalização do urbano sob o capitalismo, ela não deve ser uma teoria totalizante. É uma teoria de resíduos dentro de um vórtice. Lefebvre chega ao ponto de dizer que, dentro desse vórtice urbano, um novo humanismo se baseia na ‘cidadania revolucionária’.* Ele informa que foi isso que ele realmente quis dizer com ‘direito à cidade’, que o tempo todo se tratava

de resíduos recuperando seus direitos à cidade da qual foram expelidos, uma cidadania revolucionária que nada tem a ver com passaporte: a cidadania aqui está dentro e além de um passaporte, dentro e além de qualquer documentação oficial. Não expressa um direito legal concedido por uma instituição do estado-nação burguês... O método dos resíduos é a realidade dos resíduos, a realidade de todos aqueles expulsos, todos aqueles banidos das armadilhas da realidade urbana neoliberal. Os resíduos são os constituintes sem privilégios que assombram o ‘banlieue’ global. Gosto de chamar esse resíduo de cidadão-sombra: os remanescentes e irreduzíveis que vivem na periferia, que sentem a periferia dentro deles, que se identificam com a periferia, mesmo que às vezes essa periferia esteja localizada no centro [...]. Existem resíduos no domínio no qual a exclusão social encontra a marginalidade espacial. Eles são uma minoria que é cada vez mais uma maioria, uma nova maioria: se são alguma coisa, os resíduos são a nova norma, a nova posição padrão planetária”. Sobre a condição periférica, há, na literatura produzida no Brasil, um dossiê na revista *Perspectivas* (v. 32, 2007), outro na *Tempo Social* (v. 25, n.2, 2013) e, mais recentemente, o trabalho de Canetti (2018).

⁴ Como afirma Francisco de Oliveira (2017): “*Fosse como necessidade de mão de obra, devido à inadaptação da população autóctone a trabalhos regulares e a sua fuga para remotas paragens, fosse como um grande negócio, já no século XVI o comércio de escravos*

negros africanos se transformou em outro pilar dessa estrutura, imprimindo sua marca a ferro e fogo no corpo dos escravizados e da sociedade... A colônia americana era o lugar da produção, e a África negra, o da reprodução [...]. No Brasil, 4 milhões de africanos negros, um total de 10 milhões na América Espanhola e pelas Antilhas. O par senhor-escravo assentou as bases de uma estrutura social bipolar, essa característica paternalista patrimonialista que formou a economia e sociedade”.

⁵ Este texto é elaborado no conjunto dos estudos que fundamentam a pesquisa denominada Urbano-cons-telação, Arquiteturas da Insurreição (CNPq/FAPEMIG, 2019-2022).

⁶ Nas décadas de 1960 e 1970, Quijano elaborou uma teoria da dependência. Na virada do século, o sociólogo peruano passou a se debruçar sobre a colonialidade do poder.

⁷ Assim como no Peru de Belaúnde Terry, no final da década de 1950 e início dos anos de 1960, fora pró-pício para a intelectualidade pensar as características, os processos e a localização da constituição de uma pobreza urbana, o Chile de Allende, nos primeiros anos da década de 1970, foi um ponto de apoio para os trabalhos que pretendiam maior rigor sociológico, principalmente abrangados no Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento Urbano (CIDU) da Universidade Católica.

⁸ Em 1948, foi criada a Comissão

Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), cuja tese principal era a de que a expansão industrial urbana seria o canal constitutivo da integração da sociedade.

/

CANETTIERI, T. Crise do capital e a condição periférica: um ensaio para a interpretação do golpe jurídico-parlamentar no Brasil. *Revista de Ciências do Estado*, v. 3, n. 1, p. 25-36, 2018.

CASTELLS, M. (Org.). *Imperialismo y urbanización en América Latina*. Barcelona: Gustavo Gili, 1973.

MARQUES, E., TELLES, V.S., MIRAGLIA, P. e MONTES, M.L. Pobreza e criminalidade. *Revista Sexta-Feira*, n. 8, p. 100-131, 2006.

MARTINS, J.S. *A aparição do demônio na fábrica: origens sociais do eu dividido no subúrbio operário*. São Paulo: Editora 34, 2008.

MERRIFIELD, A. Intervention – Towards a metaphilosophy of the urban. *Antipode Foundation*, v. 4, 2015.

MIGNOLO, W. D. La opción de-colonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto y un caso. *Tabula Rasa*, n. 8, p. 243-282, 2008.

OLIVEIRA, F. *Brasil: uma biografia não autorizada*. São Paulo: Boitempo, 2017.

QUIJANO, A. La formación de un universo marginal en las ciudades de

América Latina. In: CASTELLS, M. (Org.). **Imperialismo y urbanización en América Latina**. Barcelona: Gustavo Gili, (1971) 1973, p. 141-166.

QUIJANO, A. Notas sobre o conceito de marginalidade social. In: PEREIRA, L. **Populações “marginais”**. São Paulo: Duas Cidades, (1966) 1978, p. 11-72.

QUIJANO, A. La modernidad, el capital y América Latina nacen el mismo día. Entrevista a ILLA **Revista del Centro de Educación y Cultura**, n. 10, p. 42-57, 1991.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. **Journal of World-Systems Research**, v. 11, n. 2, p. 341-386, 2000.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: Clacso, (2000) 2005, p. 227-278.

SCHTEINGART, M. **Urbanización y dependencia en América Latina**. S.l: Ediciones Nueva Visión, 1973.

TOPALOV, C. Da questão social aos problemas urbanos: os reformadores e a população das metrópoles em princípios do século XX. In: RIBEIRO, L.C.Q. e PECHMAN, R. (Orgs.). **Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p. 23-52.

ZIBECHI, R. Las revoluciones de la gente común. **La Jornada**, Ciudad de

México, 3 de junio de 2011.

ZIBECHI, R. New ways of doing: the construction of another world in Latin America: An interview with Raul Zibechi – Michael Hardt and Alvaro Reyes. **The South Atlantic Quarterly**, v. 111, n. 1, p. 165-191, 2012.

ZIBECHI, R. **Descolonizar la rebelión**. (Des)colonialismo del pensamiento crítico y de las prácticas emancipatorias. Santiago de Chile: Quimantú, 2014.

ZIBECHI, R. **Territórios em resistência: cartografia política das periferias urbanas latino-americanas** Rio de Janeiro: Consequência, (2011) 2015.

ZIBECHI, R. **Los desbordes populares desde abajo: la revolución de 1968 en América Latina**. Madrid: Libros en Acción, 2018.